



DESAFIOS NO COMBATE E CONTROLE DA DENGUE

Manuela Kruger de Vargas¹

Gabriela Rita Bona Donato²

Isabelle Sarreta³

Gustavo Goi Andriollo⁴

Gabriela Schmorantz de Oliveira Dallavechia⁵

Clara de Mello Maciel⁶

Instituição: Escola Estadual de Ensino Medio Ruy Barbosa

Modalidade: Relato de Pesquisa

Eixo Temático: Saúde e Ambiente

INTRODUÇÃO

A Dengue é um problema sério de saúde pública, com grande impacto epidemiológico no Brasil, constituindo-se como a mais importante arbovirose que afeta a espécie humana no continente americano. Caracteriza-se como uma doença infecciosa febril aguda, de etiologia viral e de evolução benigna, na maioria dos casos, podendo apresentar duas formas clínicas: Dengue Clássica e Febre Hemorrágica da Dengue/Síndrome do Choque da Dengue. É causada pelo arbovírus, do gênero flavivírus, família flaviviridae, transmitido pela picada do mosquito *Aedes aegypti* que costuma se proliferar em águas sem vazão (Biassoti, 2017).

¹ Estudante da Rede Estadual, manuela-6606921@educar.rs.gov.br

² Estudante da Rede Estadual, gabriela-6416456@educar.rs.gov.br

³ Estudante da Rede Estadual, isabelle-sarreta@educar.rs.gov.br

⁴ Estudante da Rede Estadual, gustavo-gandriollo@educar.rs.gov.br

⁵ Orientadora, professora da Rede Estadual 5, gabriela-dallavechia@educar.rs.gov.br

⁶ Orientadora, professora da Rede Estadual 4, clara-demmaciel@educar.rs.gov.br



Em 1996, o Ministério da Saúde decidiu rever a estratégia empregada contra o vetor da Dengue e propôs o Programa de Erradicação do *Aedes aegypti*. Ao longo do programa observou-se a inviabilidade técnica de erradicação do mosquito a curto e médio prazos, mas mesmo não atingindo o objetivo, o programa teve mérito ao propor a necessidade de atuação multissetorial, com a participação federal, estadual e municipal. Então em 2002, o Ministério da Saúde estabeleceu um novo Programa de Controle da Dengue, com a incorporação de elementos como a mobilização social e a participação comunitária, indispensáveis para responder a um vetor altamente domiciliado (Funasa, 2002).

No entanto, essas campanhas são frequentemente esquecidas, e todo ano os casos voltam a ascender. É importante pensar em maneiras de trazer relevância a esse assunto, visando diminuir os casos e suas consequências, além de incentivar as campanhas de vacinação.

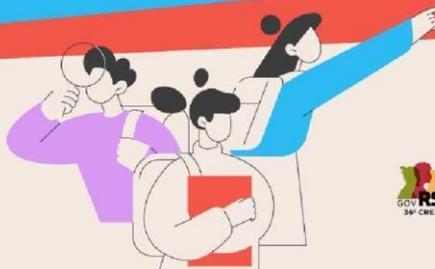
METODOLOGIA

Trata-se de uma análise bibliográfica de artigos publicados a partir de 2002 até o presente momento (2024), a fim de permitir ao pesquisador abranger uma gama muito maior de fenômenos do que seria possível investigar diretamente. Os artigos selecionados foram condensados em informações relevantes à pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O controle do mosquito *Aedes aegypti*, único vetor reconhecido como transmissor do vírus da dengue no Brasil, faz parte da maior campanha de saúde pública do país. Este mosquito está adaptado a se reproduzir em ambientes doméstico e peridoméstico (à volta das habitações até uma distância de 50 a 100 metros quadrados), utilizando-se, principalmente, de recipientes descartáveis que acumulam água de chuvas, comumente encontrados nos lixos das cidades (Câmara, 2007). No cenário atual, encontra-se uma dificuldade no combate desse mosquito, o que torna difícil também a erradicação da doença.

Até a metade da década de 1990, o Sudeste Asiático era a região do mundo mais atingida pela dengue. A partir disso, a América latina ganhou muito destaque nesse cenário, chegando ao ponto de registrar mais de 700 mil casos no Brasil em 1998 (Barreto, 2008).



Desde a chegada da dengue no Brasil, foram sugeridas diversas estratégias para sua restrição, incluindo a implementação do Programa de Erradicação de *Aedes aegypti* (PEAa) em 1996 e do Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) em 2002. Esses programas estabeleciam a utilização de ferramentas legais para facilitar o controle da

doença, além de promover a supervisão das iniciativas executadas pelos órgãos públicos no combate à dengue. Contudo, mesmo com alguns progressos, os programas ainda enfrentam desafios, resultando em ações que se mostram ineficazes, muito inferiores às metas estipuladas.

A literatura segue com vários registros históricos de surtos de dengue. No entanto, aspectos epidemiológicos, como agente, hospedeiro e ambiente, vistos apenas sob uma perspectiva biológica, não oferecem uma visão total dos fatores que favorecem o reaparecimento contínuo dessas epidemias, mostrando-se necessário considerar os aspectos sociais do país.

Os investimentos financeiros destinados à pesquisa em saúde pública precisam englobar não apenas a promoção do desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos, mas também a participação de profissionais de saúde e dos fornecedores de insumos para o sistema de saúde, levando em conta as demandas da população. (Motta, 2017).

Apesar das características sazonais da dengue, no Brasil apenas 70% dos casos ocorrem nos períodos de janeiro a maio, mostrando que o país tem condições climáticas para o desenvolvimento do mosquito transmissor da dengue o ano inteiro. (Goulart, 2016) Entretanto, as campanhas de prevenção ao mosquito concentram-se apenas quando os casos voltam a ascender, o que exemplifica um ciclo de esquecimento da doença em épocas que os casos são minimizados e então, sem campanhas e fiscalizações, a população para com os cuidados.

Além disso, mesmo que essas campanhas incentivem o combate por meio da prevenção, elas não levam em conta as condições sociais de um país como o Brasil, 14º mais desigual do mundo, segundo o índice de Gini em 2023. O controle pode até ser feito dentro de casa, mas no momento em que as pessoas em estado de vulnerabilidade social entram em contato com o exterior, já não podem mais se proteger, já que o distribuímento gratuito de



repelentes se direciona apenas para as famílias cadastradas no bolsa família (gov.br, 2022), programa que ainda não é uma realidade de todos que precisam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se à conclusão de que, mesmo com a criação de diversos programas governamentais voltados para o combate à dengue, a efetividade das políticas públicas nessa área parece depender mais das sazonalidades, o que resulta na proliferação silenciosa do mosquito. Além disso, a falta de atenção dos aspectos sociais por parte do governo, faz parte dos fatores que também impactam negativamente o controle da doença.

Por fim, é interessante procurar campanhas que incentivem o acompanhamento anual da doença, independente das condições climáticas, já que o mosquito adapta-se a sobreviver em qualquer ambiente. Além disso, é importante, juntamente dos aspectos biológicos, considerar as faces sociais da população e procurar maneiras de atingir e maximizar a eficácia das campanhas, utilizando de iniciativas como a distribuição gratuita de repelentes a todos os cidadãos.

5. Referências

BARRETO, Maurício L.; TEIXEIRA, Maria Glória. “Dengue no Brasil: situação epidemiológica e contribuições para uma agenda de pesquisa.” Estudos avançados, v. 22, p. 53-72, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7FKpQj7MLZ7WbcGtfccxZrd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14 de agosto de 2024

BIASSOTI, Amabile Visiotti; ORTIZ, Mariana Aparecida Lopes. “Diagnóstico laboratorial da dengue.” Uningá Review, v. 29, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uningareviews/article/download/1921/1518>. Acesso em: 17 jun. 2024.

C MARA, Fernando Portela et al. “Estudo retrospectivo (histórico) da dengue no Brasil: características regionais e dinâmicas”. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 40, p. 192-196, 2007. Disponível em:

DE ALBUQUERQUE NETO, José; Et. al. “Dengue: os desafios não deixaram de existir.” OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, v. 22, n. 1, p. 2863–2875, 2024. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2917> Acesso em: 12 de maio 2024.

GOULART, Sheila Oliveira et al. “Dengue no Brasil: gestão de políticas públicas de controle e erradicação”. Revista Estudo & Debate, v. 23, n. 2, 2016. Disponível em:



http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742007000300001&lng=pt&nr m=isso Acesso em: 12 de maio 2024.

MACIEL, Victor. “Saúde amplia público-alvo para utilização de repelentes.” Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2018/fevereiro/saude-amplia-publico-alvo-para-utilizacao-de-repelentes#:~:text=Para%20se%20manter%20imune%2C%20a,mais%20pr%C3%B3xi ma%20do%20seu%20munic%C3%ADpio>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MEDEIROS, Gabriela; GARBIN, Juliana. “Desafios da Atenção Primária no combate e controle da Dengue”. UNISALES, Espírito Santo, 2020. Disponível em: <https://unisales.br/wp-content/uploads/2023/06/DESAFIOS-DA-ATENCAO-PRIMARIA-NO-COMBATE-E-CONTROLE-DA-DENGUE.pdf>. Acesso em: 12 de maio 2024.

MOTTA, Lara Jansiski et al. “Prospecção acadêmica dos projetos financiados sobre dengue no Brasil: uso da ferramenta Sciplattes como apoio ao planejamento de pesquisas em saúde pública”. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 22, n. 50, p. 114-127, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p114/34693> Acesso em: 14 ago. 2024.

TAUIL, Pedro Luiz. “O desafio do controle do Aedes aegypti e da assistência adequada à dengue”. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 16, n. 3, p. 153-154, set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/MKpwKtZBGq7XK8rSJGrSm9y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2024